



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CCN

PATRICK FIGUEIREDO MARTINS

FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DO ISS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Florianópolis

2016

PATRICK FIGUEIREDO MARTINS

FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DO ISS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: **Dr. Sérgio Murilo Petri.**

Florianópolis

2016

Dedico este trabalho a minha família e a minha namorada que me apoiaram em todos os momentos que precisei e me deram forças perante todas as dificuldades encontradas no caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, meu pai Rildo, minha mãe Flávia e meu irmão Érick, que me deram apoio e força não só ao longo desses 4 anos de graduação como em toda a minha vida.

À minha namorada, Danielle, pela paciência e por todo o apoio e ajuda, em todos os momentos de dificuldades e dúvidas, que foram essenciais para que este trabalho pudesse ser concluído.

À minha Madrinha, Roseli, que foi de grande importância para a elaboração desse estudo e para o contato com os fiscais entrevistados.

Ao meu orientador, Dr. Sérgio Murilo Petri, por toda sua ajuda e orientação na produção deste trabalho.

À todos os professores que influenciarão significativamente no meu aprendizado e na certeza de ter escolhido a profissão correta.

À todos os amigos e colegas que estiveram comigo durante esta fase muito importante da minha vida.

Aos fiscais entrevistados pela colaboração e por disponibilizarem seu tempo para contribuir com a elaboração desse estudo.

Enfim, agradeço à todos que contribuíram para este trabalho pudesse ser realizado.

RESUMO

MARTINS, P. F. **Funcionamento do processo de fiscalização do ISS do município de Palhoça. 43 p.** Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.

O Imposto Sobre Serviço (ISS) por ser de competência dos entes municipais é um dos impostos mais importantes para os municípios. Em Palhoça, assim como em vários municípios o ISS é a maior fonte de arrecadação tributária, por isso é de grande importância que se desenvolva formas eficazes e eficientes de se realizar a sua fiscalização. Para essa complexa tarefa, cada município emprega métodos, técnicas e sistemas que os auxiliem nesta fiscalização. Este estudo é voltado a realizar um levantamento do funcionamento do processo de fiscalização do ISS no Município de Palhoça, evidenciando as normas, regras e regulamentos seguidos pelos auditores fiscais, além das ferramentas e sistemas de informação utilizados e as dificuldades encontradas durante a fiscalização. Por meio de um entrevista, buscou-se observar a percepção dos fiscais do processo de fiscalização do ISS no Município de Palhoça, obteve-se 5 respondentes de um total 15 Fiscais. Como resultado percebeu-se que existem 4 Fiscais que percebem de uma forma o processo de fiscalização e um outro fiscal que em alguns aspectos diverge dos demais Auditores Fiscais, dado que o trabalho é qualitativo. Este estudo é observado e pode levar a refletir sobre todos os problemas e dificuldades encontradas no processo de fiscalização do ISS em Palhoça/SC, e para que desse modo sejam encontrados meios de torna a fiscalização cada vez mais eficiente em prol de se obter uma melhor arrecadação e consequentemente um melhor desenvolvimento do município.

PALAVRAS CHAVE: ISS. Métodos e Sistemas. Fiscalização. Arrecadação tributária.

LISTA DE SIGLAS

DMS	Declaração Mensal de Serviço
ICMS	Imposto Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IPM	Informática Pública Municipal
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviço
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
REGIN	Sistema de Registro Integrado
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
STJ	Superior Tribunal de Justiça

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Evolução da receita tributária total de Palhoça.....	26
Gráfico 2: Evolução anual das receitas tributária de Palhoça.....	27
Gráfico 3: Evolução anual da arrecadação do ISS em palhoça.....	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
1.2 JUSTIFICATIVA	10
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 ASPECTOS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO	12
2.2 LEGISLAÇÃO DO ISS	13
2.2.1 Legislação Municipal de Palhoça	15
2.3 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DA FISCALIZAÇÃO DO ISS	15
2.4 IMPORTÂNCIA DA FISCALIZAÇÃO DO ISS	17
2.5 PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS	17
3 METODOLOGIA	22
3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	22
3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS	22
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1 ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS DE PALHOÇA	24
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	26
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISA	37
6 REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A	43

1 INTRODUÇÃO

A carga tributária no Brasil, atualmente, é uma das mais elevadas do mundo. Está corresponde aproximadamente a 37% do PIB (Produto Interno Bruto) do País. De acordo com o artigo 145 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 5º do Código Tributário Nacional, os tributos podem ser: Impostos, taxas e contribuições de melhorias. E segundo os artigos 148 e 149 da Constituição Federal entram nesta lista também as contribuições especiais e os empréstimos compulsórios.

Os impostos são os valores pagos em moeda nacional, por pessoas físicas e jurídicas ao Estado. Eles possuem a função de custear os gastos públicos com saúde, segurança, educação, etc. Os impostos podem ser federais (exemplos: IR e IPI), estaduais (Exemplos: ICMS e IPVA) e municipais (exemplos: IPTU e ISS).

O ISS é de competência dos municípios. “Constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação desses serviços, previstos em lei complementar, desde que tal atividade não configure, por si só, fato gerador de imposto de competência da União ou dos Estados” (BALEEIRO, 1996)

Cada município é responsável por elaborar o seu Regulamento do ISS (RISS), este estabelece regras como alíquotas, base de calculo, entre outras. Sendo que este regulamento não poderá estar em discordância com os demais reguladores do ISS.

Os municípios são responsáveis por regular e fiscalizar a arrecadação do ISS, sendo esta fiscalização nem sempre tão fácil de se realizar. Neste trabalho aborda-se como acontece o procedimento de fiscalização do ISS no município de Palhoça e analisa-se desde o início do processo de fiscalização, os pontos analisados pelo setor de fiscalização, as normas seguidas e as ferramentas tecnológicas e sistemas de informação utilizados no momento da fiscalização da arrecadação do ISS.

O ISS é à principal arrecadação tributária do município de Palhoça, seguido pelo IPTU e pelas taxas, respectivamente. Sabendo disso, entende-se importante que o município seja capaz de realizar, de forma eficaz e eficiente, a fiscalização do ISS, logo o problema em questão é: **Quais os procedimentos adotados e como acontece a fiscalização do ISS no município de Palhoça?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar como ocorre o processo e quais procedimentos são adotados no momento da fiscalização do ISS no município de Palhoça.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Levantar os métodos utilizados na fiscalização do ISS;
- Identificar as ferramentas e sistemas de informação utilizados;
- Analisar se as ferramentas e os sistemas de informação utilizados abrangem todos os requisitos necessários para a realização da fiscalização do ISS;
- Identificar as dificuldades encontradas no momento da fiscalização;
- Evidenciar a percepção dos fiscais com relação aos procedimentos adotados na fiscalização do ISS.

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo abordou os métodos, ferramentas tecnológicas e sistemas utilizados na fiscalização do ISS no Município de Palhoça. Portanto, levantará quais procedimentos o Município utiliza e analisará a forma com que ele é empregado no momento da fiscalização do ISS.

Diante dos altos níveis de sonegação fiscal e dos demais crimes contra a ordem tributária, verifica-se a importância à fiscalização neste ambiente. Porém, essa é uma missão complicada de se cumprir, por esse motivo tecnologias então sendo implantadas para que sejam empregadas novas ferramentas que ajudem e operacionalizem a fiscalização ocasionando assim maior efetivação no recolhimento de dados para precisão nos resultados.

O estudo será voltado ao município de Palhoça, procurando saber quais os

pontos fortes e problemas encontrados no momento da fiscalização e se o município abordado realmente dá o devido nível de importância aos procedimentos adotados. Levantará quais ferramentas e sistemas são utilizados e indicará como é realizada essa fiscalização e quais resultados obtidos.

Esse estudo poderá fornecer dados e informações que melhor subsidiem ações que podem ser empregadas na realização da operacionalização da fiscalização do ISS, mostrando quais procedimentos são mais eficazes e trazem melhores resultados no ciclo operacional do município.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Neste estudo é encontrada uma entrevista realizada com os fiscais da Prefeitura Municipal de Palhoça, com perguntas elaboradas a partir do problema em questão. Essa entrevista foi feita com 5 fiscais e busca identificar os aspectos do processo de fiscalização do ISS no Município.

São elencados nesse trabalho outras pesquisas realizadas com base nesse mesmo tema em questão e posteriormente uma análise ou comparação entre os resultados encontrados neste estudo e nos demais.

A análise dos resultados é realizada com base nas entrevistas feitas com os fiscais e mostra a percepção de cada um com relação ao processo de fiscalização do ISS realizado em Palhoça.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que o Brasil é o país da América Latina que tem a maior carga tributária: 35,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em valores de 2013 (O GLOBO, 2016).

Uns dos grandes responsáveis por isso são os impostos municipais, entre eles os principais são: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o ISS, conforme o Artigo 156 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A Lei Complementar nº 116, Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Além desta, cada município é responsável pela elaboração do Regulamento do Imposto Sobre Serviço, que não pode entrar em discordância com a Lei Complementar (BRASIL, 2003).

2.1 ASPECTOS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador (BRASIL, 2003).

Conforme o Art. 2º da Emenda Constitucional de Nº 37/2002, que altera o parágrafo 3º do Art. 156 da Constituição Federal, “Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:” fixar suas alíquotas máximas e mínimas e regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (BRASIL, 2002).

Serviço é o ato ou efeito de servir, é dar algo em forma de trabalho. Objetiva-se obter lucro utilizando do capital intelectual ou material. “A expressão designa hoje o próprio trabalho a ser executado, ou que se executou, definindo a obra, o exercício do ofício, o expediente, o mister, a tarefa, a ocupação ou função” (SILVA, 2012, p. 215)

Para Fiorentino 2010 (apud Melo 2000, p. 104)

em se tratando de ISS, impõe-se a irrestrita obediência ao seu aspecto material

- prestação de serviços - nada interessando os aspectos meramente negociais ou documentais. Somente com a efetiva realização (conclusão, ou medição por etapas) dos serviços é que ocorre o respectivo fato gerador tributário com a verificação do seu aspecto temporal

Segundo o Art. 7º da Lei Complementar Nº 116/2003, “A base de cálculo do imposto é o preço do serviço”. Porém de acordo com o parágrafo 1 e 2 deste artigo:

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar (BRASIL, 2003);

A alíquota máxima que pode ser instituída em cada município é de 5%, conforme especificado no Art. 8º da Lei Complementar Nº 116/2003. Enquanto, por outro lado, a alíquota mínima é de 2%, “exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968” de acordo com o Artigo 3º da Emenda Constitucional 37/2002 (BRASIL, 2003).

De acordo com o Art. 3º da Lei Complementar Nº 116/2003, “O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador”. Fogem dessa regra as hipóteses listadas nos incisos I a XXII, que a lei estabelece onde o imposto será devido (BRASIL, 2003).

A falta de uma base material concreta a ser fiscalizada, assim como a proliferação de intermináveis controvérsias jurídicas, principalmente nos municípios regionais faz com que a fiscalização e a cobrança do ISS se tornem processos complexos (PEREIRA, 2002).

2.2 LEGISLAÇÃO DO ISS

A Emenda Constitucional Nº 18/1965 teve a preocupação de discriminar os impostos pelos seus aspectos econômicos. “Desta forma todos os impostos foram

agrupados em impostos sobre o patrimônio e a renda, em impostos sobre a produção e a circulação e em impostos especiais”. Além de agrupar os tributos, esta norma estabeleceu ao ISS a nomenclatura econômica de “Imposto Sobre Serviço” e classificou o mesmo no grupo dos impostos sobre a produção e a circulação (GOMES, 2010, p. 11).

Conforme estabelece a Emenda Constitucional Nº 18/1965, “Compete aos Municípios o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados” (BRASIL, 1965).

A Constituição Federal determina em seu Art. 156 a competência aos municípios em instituir imposto sobre “serviços de qualquer natureza, não compreendidos no Art. 155, II, definidos em Lei Complementar”. E, ainda, em seu parágrafo 3º, estabelece os dispostos que cabem à Lei Complementar (SILVEIRA, 2016, p. 04).

A Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002, “altera os Arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao ato das disposições constitucionais transitórias” (BRASIL, 2002).

Nesta norma estabeleceu-se “a necessidade de lei complementar fixar a alíquota mínima e a forma como os municípios deverão conceder qualquer benefício fiscal” (GOMES, 2010, p. 7).

O Sistema Tributário Nacional é regido pela Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios (BRASIL, 1966).

Art. 1º Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no artigo 5º, inciso XV, alínea b, da Constituição Federal as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

O Decreto-Lei Nº 406/1968 “estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências” (BRASIL, 1968).

“Esse Decreto-Lei estabeleceu listagem dos serviços então considerados tributáveis pelo ISS”. O mesmo continua parcialmente vigente já que a Lei Complementar Nº 116/2003 revogou seus artigos 8, 10, 11 e 12, permanecendo vigente

o Art. 9º, onde trata sobre a base de cálculo do imposto (CRUZ, 2015, p. 16).

A Lei Complementar Nº 116/2003, “dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Esta Lei Complementar trouxe uma nova regulamentação geral do imposto sobre serviço. Foi apresentada uma nova listagem de serviços tributáveis, mantendo a regra de que somente serão tributáveis os serviços previstos em lista (CRUZ, 2015, p. 17).

2.2.1 Legislação Municipal de Palhoça

Com relação ao Sistema Tributário do Município de Palhoça, esse é disposto na Lei Complementar Nº 18/2002, assim com as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município. O Sistema Tributário Municipal é regido pela Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional, pelas demais leis complementares federais, pelas resoluções do Senado Federal, leis ordinárias federais, Constituição Estadual, leis complementares estaduais, leis ordinárias estaduais e pela lei orgânica municipal (PALHOÇA, 2002).

O Município de Palhoça publicou a Lei Complementar Nº 154, de 26 de dezembro de 2013, que é responsável por alterar os dispositivos da lei complementar Nº 18/2002 (PALHOÇA, 2013).

A Lei Complementar Nº 24/2004 dispõe sobre o ISS no Município de Palhoça, estabelecendo aspectos de incidência do cálculo, da apuração, da liquidação do imposto, do lançamento e recolhimento do ISS, do sujeito passivo, do controle e fiscalização do imposto, das infrações e penalidades (PALHOÇA, 2004).

2.3 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DA FISCALIZAÇÃO DO ISS

Indispensável, portanto, que a fiscalização seja feita por pessoas às quais a legislação atribua competência, em caráter geral, ou especificadamente, em função do tributo de que se tratar (FISCALIZAÇÃO, 2013).

Cada município possui seu próprio método de fiscalizar ISS, porém alguns

documentos básicos são imprescindíveis para a fiscalização como: Talonários de notas fiscais, livros de apuração do ISS e Livro Diário, e ainda relatório dos recolhimentos mensais do ISS e relatório das autorizações da emissão de documentos fiscais (TAUIL, 2003).

Os procedimentos fiscais do ISS estão divididos em três grupos:

-Procedimentos Fiscais de Fiscalização – ações externas direcionadas aos sujeitos passivos que objetivam a verificação do cumprimento das 28 obrigações tributárias e a correta aplicação da legislação;

-Procedimentos Fiscais de Diligência – ações internas ou externas destinadas a coletar informações ou outros elementos de interesse da administração tributária, inclusive para atender exigência de instrução processual;

-Procedimentos Fiscais Administrativos – ações internas destinadas ao atendimento de contribuintes, exame de processos fiscais, retificação ou validação de lançamentos tributários, cálculo de principal e acessórios para emissão de guias etc. (TAUIL, 2003, p. 133)

A prefeitura possui atribuições referentes à fiscalização, são essas:

- 1) Enquadramento por tipo de ISS de novos contribuintes ou alterações cadastrais;
- 2) Análise e crítica dos relatórios de lançamento por tipo de ISS (Profissionais Autônomos, Sociedades Profissionais, Empresas);
- 3) Análise e crítica dos relatórios de retenção de ISS na fonte, tanto de pagamentos da Municipalidade, quanto de empresas privadas, se a lei local assim determinar;
- 4) Atendimento de contribuintes para liberação de documentos fiscais, cálculo do imposto e acessórios, solucionar questões, cumprimento de notificações etc;
- 5) Análise, autorização/recomendação de concessão de parcelamentos de débitos fiscais;
- 6) Procedimentos Fiscais de Fiscalização externa;
- 7) Procedimentos Fiscais de Diligência externa ou interna;
- 8) Procedimentos Fiscais Administrativos. (TAUIL, 2003, p. 146).

De acordo com o disposto no Art. 196 da Lei Nº 5.172/1966, a autoridade administrativa “lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas” (BRASIL, 1966).

A arrecadação do ISS é muito importante a administração pública municipal, por esse motivo aumenta o interesse do Fisco em criar estratégias para diminuir a sonegação. Dentre essas estratégias, destaca-se a ferramenta Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que tem por objetivo promover a integração dos fiscos, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes e tornar mais célere a identificação de ilícitos tributáveis. E a ferramenta Nota Fiscal Eletrônica de

Prestação de Serviço – NF-e, com o objetivo de implantar um modelo padrão de documento fiscal eletrônico que substitui a emissão de papel, além de buscar simplificar os processos relacionados às obrigações acessórias, fazendo com que seja possível acompanhar em tempo real as operações de prestação de serviços pelo fisco municipal (ALVES, 2011)

2.4 IMPORTÂNCIA DA FISCALIZAÇÃO DO ISS

“O Imposto sobre Serviços vem ganhando cada vez mais importância no panorama do Direito Tributário brasileiro por ser a maior fonte própria de receitas dos municípios” (PASCHOAL, 2014, p. 6)

O ISS possui grande potencial de crescimento na receita própria dos municípios, este “tem melhor performance evolutiva de cunho econômico em relação a outros imposto, visto o número de serviços elencados no anexo da referida norma” (FREITAS, 2012, p. 26).

O ISS é de grande importância na arrecadação dos municípios, sendo este uma de suas principais fonte de renda. O dinheiro arrecadado com a cobrança do ISS não possui um destino específico, ele irá para o caixa da prefeitura e será aplicado de acordo com o que for previsto no orçamento municipal. Logo é predominantemente fiscal (CURRIEL, 2011).

Como ISS representa grande parte das receitas dos municípios, é de fundamental importância que sua fiscalização seja realizada de forma eficaz e organizada, para que assim traga resultados positivos para a economia dos municípios (FONTOURA,2010).

2.5 PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS

De acordo com a proposta do trabalho, foi realizada uma pesquisa em revistas artigos e trabalhos acadêmicos onde foram selecionados estudos que tem de alguma forma semelhança com o presente trabalho, com o intuito de que o leitor tenha a percepção da semelhança e realiza comparações e reflexões quanto aos trabalhos de

acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas Similares ou Correlatas

Continua

AUTOR (ANO)	OBJETIVO	RESULTADO	INSTRUMENTO DE PESQUISA OU OBSERVAÇÕES
Samia Vera Cury (2013)	Verificar como ocorre o processo de fiscalização, inerente ao ISSQN, no município de Novo Hamburgo, RS – buscando identificar seu pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças – e ainda, conhecer a percepção e as dificuldades encontradas pelos fiscais quando da execução do referido processo.	Existe a dificuldade de interpretação e aplicação da legislação tributária, bem como a falta de planejamento interno, aperfeiçoamento profissional, renovação da estrutura de trabalho, tecnologias e fontes de informações, Além de fatores relacionados à inobservância ao que é assegurado pela própria Constituição Federal, no que diz respeito à atividade essencial do Estado.	A pesquisa foi realizada no setor de fiscalização do ISSQN, da Secretaria da Fazenda, do município. Foram analisados os dados primários e secundários obtidos por meio de entrevistas focadas no processo de fiscalização e na análise do ambiente interno e externo.
Paulo Nogueira Batista Jr (1999)	Discutir do ângulo econômico a questão da fiscalização tributária no Brasil.	Os mercados e a sociedade civil não podem suplantam o Estado: “O desenvolvimento dominado pelo Estado fracassou, mas o desenvolvimento sem Estado também fracassará. Desenvolvimento sem um Estado eficaz é impossível”	O Debate sobre o Sistema Tributário Brasileiro; Comparações Internacionais de Cargas Tributárias; Análises documentais.
Ildinei Rogerio de Campos, Juliana Gordiano da Cruz, Alexandre Augusto Stavis (2010)	Demonstrar por meio de informações precisas o aumento da arrecadação do ISS, no município de Londrina, entre 2009 e 2010, por meio de análise de seus principais fatores sendo positivos e negativos.	A pesquisa verificou que o município de Londrina teve um aumento de receita tributária do ISS entre o ano de 2009 e 2010 e esse crescimento é devido à implantação do sistema denominado DMS (Declaração Mensal de Serviço) e melhorias na gestão de arrecadação. Porém foi observada a necessidade de aumento na quantidade de auditores fiscais, investimentos em implantação de novos sistemas, parcerias com os demais órgãos e principalmente, uma reforma tributária municipal.	A primeira etapa do trabalho consiste em levantamento bibliográfico, assim como matérias veiculadas na mídia local, a segunda etapa consiste em entrevistas junto à Secretaria da Fazenda Municipal para obtenção de dados precisos relacionados à arrecadação do Imposto sobre Serviços no Município.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Quadro 1 – Pesquisas Similares ou Correlatas

AUTOR (ANO)	OBJETIVO	RESULTADO	INSTRUMENTO DE PESQUISA OU OBSERVAÇÕES
Rafael Padilha Devos (2015)	Determinar a qual município cabe à cobrança do ISS, quando o serviço for prestado fora do domicílio do sujeito passivo, ou seja, se o imposto é devido ao município de sua sede ou ao do local da execução do serviço.	Restou comprovado, por meio da análise da jurisprudência, que a ocorrência do conflito de competência envolvendo os municípios é questão ordinária na federação. Os inúmeros casos levados a conhecimento dos Tribunais Regionais e do STJ, que geraram a jurisprudência analisada, demonstram que existe uma guerra fiscal entre muitos dos municípios pela cobrança do ISS.	Análise documental e análise de exemplo concreto de conflito de competência no ISS.
Eidiane Leite Pereira (2014)	Apresentar um comparativo entre o processo de emissão física e eletrônica de notas fiscais no município de Rolim de Moura no que se referem ao comportamento do volume do ISSQN arrecadado, mudanças operacionais no setor de arrecadação da Prefeitura Municipal, percepção dos envolvidos no processo de emissão de notas e identificar os impactos ocorridos nas empresas prestadoras de serviços de saúde.	Os resultados demonstram que houve redução nos gastos com emissão e armazenamento das notas fiscais; facilitou os procedimentos administrativos nas empresas; oportunizou a organização e melhor fiscalização pelo fisco	Os dados foram obtidos por meio de entrevistas aplicados aos funcionários do setor de arrecadação municipal e das empresas prestadoras de serviços, os quais foram analisados e discutidos com o auxílio de material bibliográfico e ferramental eletrônico, sendo apresentados em gráficos e tabelas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Ao final do trabalho, foi possível deduzir que existe a dificuldade de interpretação e aplicação da legislação tributária, bem como a falta de planejamento interno, aperfeiçoamento profissional, renovação da estrutura de trabalho, tecnologias e fontes de informações, destacando-se fatores relacionados, principalmente, à inobservância ao que é assegurado pela própria Constituição Federal, no que diz respeito à atividade essencial do Estado, a qual deve dispor de meios para seu exercício (CURY, 2014).

A pesquisa foi realizada no setor de fiscalização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Secretaria da Fazenda, do município. Foram analisados os dados primários e secundários obtidos por meio de entrevistas focadas no processo de fiscalização e na análise do ambiente interno e externo (CURY, 2014).

O propósito deste trabalho é discutir do ângulo econômico a questão da fiscalização tributária no Brasil (BATISTA JUNIOR, 2000).

Mas a "lição" de meio século de reflexão sobre o desenvolvimento, segundo o banco, é que os mercados e a sociedade civil não podem suplantam o Estado. "O desenvolvimento dominado pelo Estado fracassou, mas o desenvolvimento sem Estado também fracassará. Desenvolvimento sem um Estado eficaz é impossível" (BATISTA JUNIOR, 2000).

O objetivo do artigo é demonstrar através de informações precisas o aumento da arrecadação do ISS entre 2009 e 2010, através da análise de seus principais fatores sendo positivos e negativos (CAMPOS, CRUZ, STAVIS, 2010).

A pesquisa verificou que o município de Londrina teve um aumento de receita tributária do ISS entre o ano de 2009 e 2010 e esse crescimento é devido à implantação do sistema denominado DMS (Declaração Mensal de Serviço) e melhorias na gestão de arrecadação. Porém foi observada a necessidade de aumento na quantidade de auditores fiscais, investimentos em implantação de novos sistemas, parcerias com os demais órgãos e principalmente, uma reforma tributária municipal (CAMPOS, CRUZ, STAVIS, 2010).

A primeira etapa do trabalho consiste em levantamento bibliográfico, assim como matérias veiculadas na mídia local, a segunda etapa consiste em entrevistas junto à Secretaria da Fazenda Municipal para obtenção de dados precisos relacionados à arrecadação do Imposto sobre Serviços no Município (CAMPOS, CRUZ, STAVIS, 2010).

O objetivo desta pesquisa é determinar a qual município cabe à cobrança do ISS, quando o serviço for prestado fora do domicílio do sujeito passivo, ou seja, se o imposto é devido ao município de sua sede ou ao do local da execução do serviço (DEVOS, 2015)

Restou comprovado, através de análise da jurisprudência que a ocorrência do conflito de competência envolvendo os municípios é questão ordinária na federação. Os inúmeros casos levados a conhecimento dos Tribunais Regionais e do STJ, que geraram a jurisprudência analisada, demonstram que existe uma guerra fiscal entre muitos dos municípios pela cobrança do ISS (DEVOS, 2015).

Com isso o objetivo desta pesquisa foi de apresentar um comparativo entre o

processo de emissão física e eletrônica de notas fiscais no município de Rolim de Moura no que se referem ao comportamento do volume do ISSQN arrecadado, mudanças operacionais no setor de arrecadação da prefeitura municipal, percepção dos envolvidos no processo de emissão de notas e identificar os impactos ocorridos nas empresas prestadoras de serviços de saúde (PEREIRA, 2014).

Os resultados demonstram que houve redução nos gastos com emissão e armazenamento das notas fiscais; facilitou os procedimentos administrativos nas empresas; oportunizou a organização e melhor fiscalização pelo fisco (PEREIRA, 2014).

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas aplicados aos funcionários do setor de arrecadação municipal e das empresas prestadoras de serviços, os quais foram analisados e discutidos com o auxílio de material bibliográfico e ferramental eletrônico, sendo apresentados em gráficos e tabelas (PEREIRA, 2014).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, são expostas todas as etapas do processo de investigação do estudo, apresentando de forma explícita e pontual os passos trilhados para alcançar os objetivos propostos.

A presente pesquisa tem o objetivo central de identificar como ocorre o processo e quais procedimentos são adotados no momento da fiscalização do ISS no município de Palhoça (SC).

3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

A elaboração deste trabalho é realizada com base em uma pesquisa aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos específicos da área de fiscalização do ISS. A natureza empregada nesta pesquisa é a Exploratória, logo, o estudo visa descrever como é realizado o processo de fiscalização do ISS e quais métodos, ferramentas tecnológicas e sistemas são utilizados.

3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Foi utilizada estrutura uma entrevista (APENDICE A) elaborada pelo pesquisador com base no problema em questão e nos objetivos do trabalho e apresentado aos fiscais pesquisados na forma de entrevista. Também foi realizado um levantamento bibliográfico para melhor adequação do estudo.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a coleta dos dados a população utilizada na pesquisa foram os fiscais da Prefeitura Municipal de Palhoça. E as técnicas abordadas são entrevistas, que segundo Vergara (2009, p.15) tem como finalidade “obter do entrevistado uma narrativa que expresse suas opiniões, percepções, interpretações, representações a cerca de um

fato”, com os responsáveis pelo setor de fiscalização do ISS de cada município da população e as questões elaboradas a partir do problema de pesquisa.

A entrevista foi elaborada com base no problema do trabalho e busca identificar os procedimentos do momento ocorre à fiscalização do ISS, quais os pontos analisados pelos auditores fiscais, quais normas são seguidas e quais ferramentas e sistemas são utilizados no processo de fiscalização.

A entrevista foi realizada em um único dia na Prefeitura da cidade com 5 fiscais, sendo que, com 3 fiscais a entrevista foi realizada pessoalmente pelo pesquisador, as falas de cada entrevista foi gravada com o consentimento e redigida após o término da pesquisa, e para os 2 fiscais restantes as perguntas foram encaminhadas por *e-mail*, pois, por falta de espaço em suas agendas não puderam responder pessoalmente, onde os mesmos responderam por escrito e os enviaram novamente para o pesquisador.

Para participar da pesquisa era necessário que o fiscal trabalhasse com o ISS, para um melhor entendimento e maior efetividade das respostas.

Todas as gravações foram transcritas pelo pesquisador analisadas e comparadas com as demais entrevistas recebidos por *e-mails*, além de comparações feitas com levantamentos bibliográficos e estudos na mesma área.

A análise dos dados coletados foi realizada de forma qualitativa, procurando identificar as técnicas, ferramentas e sistemas utilizados pelo Município, verificar a efetividade dos procedimentos de operacionalização da fiscalização do ISS na população analisada e destacar os pontos em que o Município se sobressai, assim como, os problemas e riscos do mesmo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Sabendo que, segundo o artigo 1º da Lei Complementar 116/2003, “o ISS é de competência dos Municípios e do Distrito Federal”, é de suma importância que os municípios estejam preparados para realizar o trabalho de fiscalização. Essa importância pode ser rapidamente notada quando observa-se as demonstrações financeiras dos Municípios, onde nota-se que, assim como a maioria dos municípios, Palhoça possui como sua maior fonte de renda, desde 2006, a arrecadação do ISS.

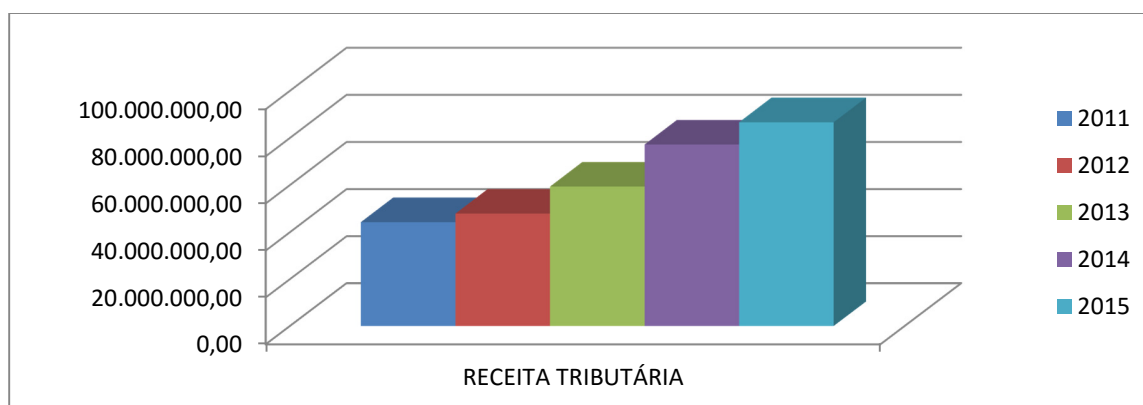
A análise dos resultados tem como base as entrevistas realizadas com 5 fiscais da Prefeitura Municipal de Palhoça, que trabalham diretamente da fiscalização da arrecadação do ISS

4.1 ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS DE PALHOÇA

Segundo o artigo 41 da Lei Complementar Nº 24/2004 “Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto” (PALHOÇA, 2004).

Abaixo, os gráficos mostram a evolução da arrecadação tributária de Palhoça e quais são as principais fontes de receita tributária no Município.

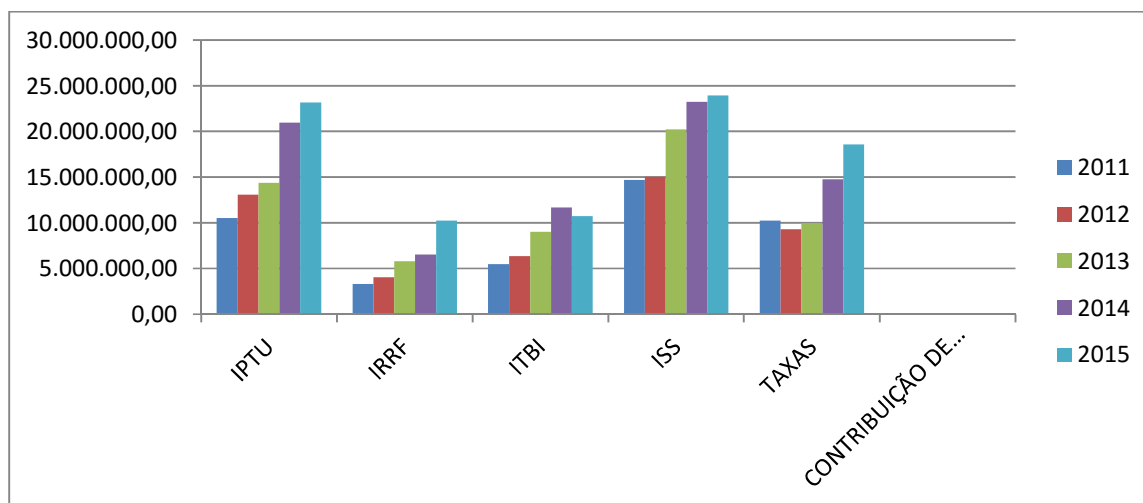
Gráfico 1 - Evolução da receita tributária total de Palhoça



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, 2016.

Observa-se, no Gráfico 1 que a Receita Tributária está em constante evolução, entre os anos de 2011 e 2015 houve um aumento de aproximadamente 95,76% da arrecadação com essas receitas.

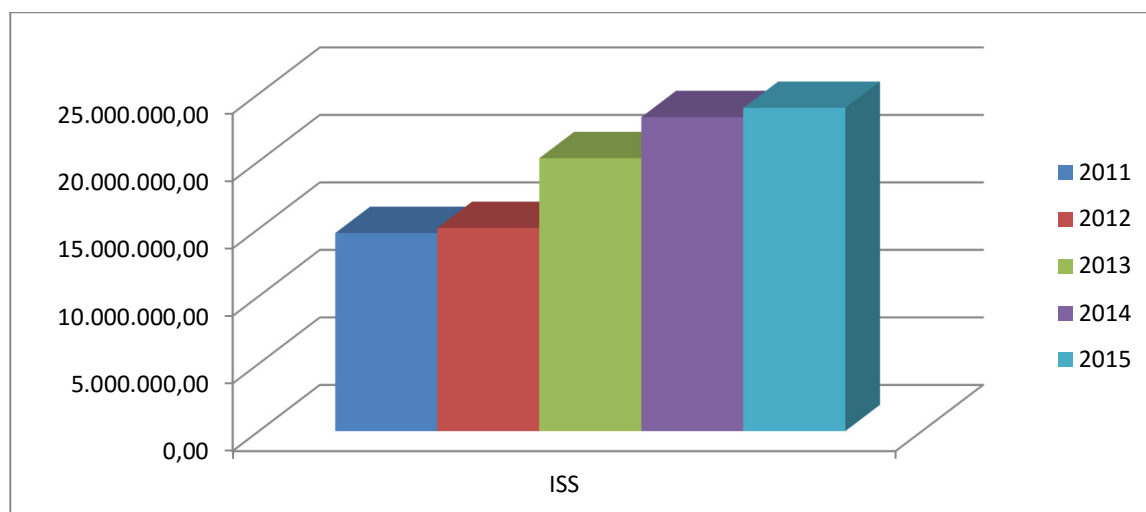
Gráfico 2 - Evolução anual das receitas tributária de Palhoça



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, 2016.

O Gráfico 2 demonstra a importância do ISS para o município de Palhoça, sendo ele a maior fonte de arrecadação tributária, seguido pelo IPTU, pelas taxas e pelo IRRF, respectivamente.

Gráfico 3 - Evolução anual da arrecadação do ISS em Palhoça



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA, 2016.

Segundo o Gráfico 3, a arrecadação com o ISS teve, entre 2011 e 2015, um aumento de 63,10% saindo de R\$ 14.680.530,91 para R\$ 23.944.018,04, Sendo que o aumento mais significativo foi no ano de 2013 onde a arrecadação com o ISS subiu R\$ 5.173.978,52.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A partir disso nota-se a importância da fiscalização de maneira eficaz no município de Palhoça. Por ser a base da arrecadação tributária de Palhoça o ISS deve ser tratado com grande seriedade e dedicação para que o município possa continuar em constante evolução.

Em Palhoça, segundo o Fiscal 1, o procedimento de fiscalização do ISS têm início com o acompanhamento do movimento das empresas por meio do livro eletrônico e emissões de notas ou por meio de uma denúncia fiscal. Quando esse acompanhamento apresenta algum indício de sonegação fiscal ou fraude, é então aberto o termo de início de fiscalização.

O Fiscal 1 relata ainda que existe certa dificuldade de acompanhar o movimento das empresas, isso ocorre por causa da carga excessiva de processos administrativos o que resulta em falta de tempo para realizar esse acompanhamento.

O correto é existir um planejamento tributário dentro do setor da administração tributária para que se tivesse uma aplicação mais eficiente com relação à questão da arrecadação do ISS quanto aqueles contribuintes que não arrecadam (FISCAL 2).

De acordo com o Fiscal 3, no caso do município estar com problemas de arrecadação, “a gente identifica algum local para que possa fazer auditoria em alguns determinados itens da lista, para que se possa arrecadar mais, para suprir as necessidades do município.”

Conforme os Fiscais 4 e 5, o processo de fiscalização ocorre principalmente por ocasiões de entradas de processos, como quando o contribuinte requer o pedido de baixa de atividade. Além disso, à fiscalização por meio de auditorias a critérios dos fiscais e “quando há fiscalização de algumas empresas por parte do fisco”.

Os três fiscais que foram entrevistados pessoalmente relaram a existência de acompanhamento das movimentações das empresas, principalmente por meio do livro eletrônico, mesmo que em determinados momentos ocorra certa dificuldade de realizar esse procedimento por falta de tempo. Enquanto os fiscais que responderam por escrito não mencionaram esse acompanhamento e informaram que a fiscalização ocorre pelas entradas de processos por meio do serviço de protocolo.

Iniciado processo de fiscalização é necessário os fiscais determinem quais são os principais pontos que devem ser analisados para verificar que as declarações e a arrecadação estão acontecendo de maneira correta. De acordo com o Fiscal 2 esses pontos a serem analisados vão depender das atividades realizadas pelo contribuinte, pois, “o ISS é um imposto em que tem como fato gerador diversas situações”

O Fiscal 1 destaca que entre os pontos analisados está a “Confrontação do que está declarado no livro com a emissão de notas, com o que é declarado também na Receita Federal”. E se ainda assim restarem indícios de omissão de receitas é realizado a confrontação com as despesas, com porte, com o número de funcionários da empresa, e analisa-se então se as receitas declaradas são suficientes para comportar suas despesas.

Conforme o Fiscal 5, os principais pontos analisados são as obrigações principais (pagamento do imposto) e as obrigações acessórias (declaração do livro).

Segundo o Fiscal 3, existe hoje, no município de Palhoça, um foco maior na fiscalização dos serviços de construção civil, isso deve-se ao fato do grande aumento da construção civil no município nos últimos anos.

Para realizar o trabalho de fiscalização do ISS é importante que os fiscais sigam algumas normas, regras e regulamentos durante esse processo. O Fiscal 1 afirma que “São as mesmas regras tanto no item federativo nacional, quanto no estadual, quanto no municipal”, Segundo o mesmo, o segmento é regido pelo Código Tributário Nacional e posteriormente cada município estabelece sua legislação própria específica, que deve estar adequada aos dispostos do Código Tributário Nacional.

Inicialmente, parte-se do pressuposto de regra constitucional, ou seja, a Constituição Federal, no seu artigo 156 III, estabelece que o imposto é estritamente de competência do município, diante dessa natureza, você vai para a legislação do município [...] que ele realiza todas as normas gerais na área tributária e temos especificamente a lei complementar que estabelece regras específicas no caso do ISS, nesse caso o auditor vai ficar focado a legislação quando se trata apenas do ISS. E dentro das normas gerais o que se aplica a legislação tributária, aí você busca o contexto geral (FISCAL 2).

Conforme o Fiscal 5, são seguidas as legislações vigentes aplicáveis a matéria, Lei Complementar 018/2002 (dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Palhoça), Lei Complementar 024/2004 (dispõe sobre o imposto sobre serviços –ISS município de Palhoça), Lei Complementar 154/2013 (altera dispositivos da Lei Complementar

018/2002) e demais complementares. O Fiscal 3 destaca ainda a observação aos princípios administrativos o direito administrativo.

Para maior eficiência e eficácia do processo fiscalização do ISS, os municípios dispõem e fazem uso de recursos tecnológicos, como ferramentas tecnológicas e sistemas de informação. De acordo com o Fiscal 3, o sistema utilizado na Palhoça é o IPM sistemas (Informática Pública Municipal), porém essa ferramenta não possui uma normativa, logo cada fiscal faz uso desta da maneira que acreditar ser a mais adequada. Além deste é utilizado também o SIGA, para o suporte da arrecadação do Simples Nacional e o REGIN para entradas de novas empresas pelo Simples Nacional.

Diferente dos demais Fiscais entrevistados, o Fiscal 4 informou que a Prefeitura de Palhoça não utiliza ferramentas tecnológicas nos procedimentos de fiscalização do ISS.

Com relação à abrangência e a qualidade das ferramentas tecnológicas, segundo o Fiscal 2, não só no município de Palhoça, mas como regra geral, existe uma ineficiência dessas ferramentas, ainda são utilizados muitos papéis e outros procedimentos que já poderiam estar em um sistema muito mais avançado.

Com relação ao sistema, os sistemas são atrasados, não são eficientes para serem utilizados, e com isso demora-se no processo de apuração do imposto, poderia ser mais rápido, mais eficiente e com uma apresentação melhor, e exatamente dentro de um foco que será rapidez até porque existe um princípio constitucional com relação a questão tributaria que é chamado de princípio da eficiência este principio visa ganhar tempo e aumentar a produtividade com relação a administração tributaria (FISCAL 2).

Utiliza-se ainda muito editor de texto e planilhas eletrônicas. O sistema esta se aperfeiçoando, porém não se encontra no estágio que deveria estar para facilitar a vida do auditor fiscal.

Hoje seriam necessários mais equipamentos, por exemplo, um laptop ou notebook para cada fiscal, para que ele já possa autuar no momento da fiscalização, que ele possa lavrar o termo já no momento, de apreensão de documento, isso agilizaria bastante. A prefeitura não dispõe dessas ferramentas, essa foi uma solicitação da gente há um tempo (FISCAL 1).

De acordo com o Fiscal 1, o IPM é um bom sistema, mas precisa ser mais explorado, é necessário também mais técnicos da IPM constantemente, pois hoje à um único técnico para atender todos os setores, como contabilidade, administração, licitação, almoxarifado e outros. Então quando existe um problema os fiscais param 2 a 3

dias apenas esperando o técnico.

Existe também a necessidade de mais assessoramento jurídico, pois muitas “questões que às vezes não ficam muito claras para a gente e temos essa dificuldade de se comunicar com o jurídico, então muitas vezes tem que se montar um processo de consulta para o jurídico que demora uns 30 dias ou mais”.

Conforme o Fiscal 3, nunca nenhum sistema será completo, pois cada pessoa possui uma visão descritiva do fato, “para trabalhar de forma racional o sistema que tem que trabalhar pra ti então pode ser que eu tenha uma sequencia de trabalho seguindo a eficiência, eficácia, e a efetividade, nem todos trabalham igual se não for normatizado”.

O Fiscal 5 limitou-se a dizer que as ferramentas e sistemas de informação não são completos e não abrangem todos os requisitos necessários.

De acordo com o Capítulo VII (da Administração Pública), Seção I (das Disposições Gerais), artigo 37, inciso XXII:

As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio (BRASIL, 1988).

Porém, Segundo o Fiscal 2, normalmente não existem essas situações de troca de informações e compartilhamentos dessa natureza. “O que existe hoje é um convênio dentro da Legislação do Simples Nacional, mas ele é muito restrito, muito focado apenas na prestação de serviço para as empresas do município” isso acaba atrapalhando muito o trabalho (ALCANTARA, 2015).

Já o Fiscal 1 informa que a prefeitura de Palhoça possui alguns convênios, porém seria extremamente útil a aquisição de outros convênios. Entre os cruzamentos de informações realizados hoje na Palhoça o fiscal destaca, com a Receita Federal a respeito dos débitos, onde “o contribuinte que não paga e é inscrito em dívida ativa da União lá, então ela repassa aquele débito para a dívida ativa do município, para que o Município possa então efetuar a cobrança”. Com o SIGA para informações sobre recolhimento, facilitando, dessa forma a verificação de inadimplências, sonegações e fraudes e com a Junta Comercial para empresas que entram através do REGIN.

Os Fiscais 2 e 5 limitaram-se a dizer que existem sim cruzamentos de

informações entre os entes da federação. Enquanto o Fiscal 4, por outro lado, afirmou não existir cruzamento de informações.

Existe hoje, uma série de problemas que dificultam o andamento da fiscalização do ISS, de acordo com o Fiscal 2, não só Palhoça como praticamente todos os entes municipais sofrem com uma ineficiência da administração tributária, as secretarias não são estruturadas adequadamente dentro da norma tributária e normalmente não existe uma administração voltada a isso. Além disso, muitas vezes os auditores fiscais não possuem capacidades a altura que deveriam para exercer suas funções, a falta de ferramentas adequadas e a seguida mudança da legislação, normalmente sem a atualização do código tributário por parte dos gestores públicos, são fatores que dificultam bastante o processo de fiscalização e o tornam em certo momento muito ineficiente.

A fiscalização fica de mãos atadas em decorrência de uma legislação ineficiente e de seus superiores incapazes para o exercício daquela função. Nesse caso o Município de Palhoça peca muito, não só o município de palhoça, como mais de 5000 municípios espalhados por esse território da federação, todos tem essa grande dificuldade, poderia ser muito mais eficiente uma administração tributaria se tivesse secretários, diretores, gerentes, e gestores capazes de focar a esse objetivo de aumento da arrecadação tributária (FISCAL 2).

Para o Fiscal 1, um problema ainda encontrado hoje em dia é a falta de colaboração por parte dos contribuintes, por exemplo, com a falta de entrega de documentos o que acaba dificultando e atrasando o processo de fiscalização. Segundo o fiscal esse problema já foi muito pior, houve conscientização dos contribuintes, porém ainda se convive com isso hoje.

Conforme o Fiscal 3, a maior dificuldade encontrada hoje é o treinamento, as pessoas com mais tempo de serviço tendem a ter uma resistência à mudança, logo o aprendizado acaba sendo mais moroso. Então, com os avanços tecnológicos, a implementação de novos *softwares* e sistemas acaba gerando problemas de capacitação de parte dos auditores fiscais.

O Fiscal 5 avalia que as dificuldades que podem ser encontradas durante o processo de fiscalização, vão depender das atividades realizadas pelos contribuintes, Enquanto o Fiscal 4 analisa que o principal problema é a falta de tecnologias disponíveis para uso durante os procedimentos fiscais.

Com todos os problemas relatados pelos fiscais faz-se, de certa maneira,

necessária a existirem de discussões que visem avaliar os procedimentos atualmente utilizados na fiscalização do ISS e a busca por melhorias para esse processo.

Isso se faz constantemente, nos reunimos, discutimos, debatemos, elabora-se um documento constando as necessidades e o objetivo e as metas que pretendemos atingir caso seja atendida nossas solicitações, mas em muitos casos é difícil se ter retorno das melhorias (FISCAL 1).

O Fiscal 1 informa ainda que essas discussões ocorrem não só em busca de melhorias, mas também de estudo, são realizadas reuniões para estudar uma legislação, uma alteração de lei ou para promover uma alteração no próprio código.

Segundo o Fiscal 2, não existe uma comissão específica responsável por avaliar periodicamente e buscar melhorias. O que existe são as trocas de informações entre os próprios fiscais, e quando são apresentadas, ao administrador, sugestões de melhoria dificilmente elas são colocadas em prática.

Para o Fiscal 3, as discussões, as buscas e as solicitações por melhorias são constantes, o problema é falta de um norteador que atenda e aplique essas melhorias. O Fiscal 5 analisa que existe sim alguns grupos que realizam essas discussões para avaliar e buscar melhorias. Enquanto isso o Fiscal 4 avalia, com certa discordância dos demais fiscais, que hoje são poucas as discussões nesse sentido.

Atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos dos auditores fiscais são importante nesse meio, principalmente em função da inclusão de novas ferramentas e sistemas ao processo de fiscalização, assim como as constantes atualizações e mudanças na legislação vigente. E até mesmo no constante aperfeiçoamento dos fiscais em suas atividades.

O Fiscal 3 constata que é sempre necessário a constante busca pelo aperfeiçoamento, pois “a lei é muito rápida então mesmo que hoje eu esteja treinado amanhã vamos precisar treinar novamente”. O problema encontrado nesse meio são as pessoas, que ao longo dos anos apresentam uma resistência para o deslocamento para poder de atualizar ou aprender, “nem todo mundo gosta de estar em constante aprendizado”.

Já o Fiscal 1 analisa que os cursos e congressos voltados para a atualização e aperfeiçoamento técnico dos fiscais, só são disponibilizados aos fiscais quando são gratuitos, nesses casos a prefeitura os dispensa para poderem fazer-los, porém a

prefeitura não arca com as despesas dos eventos que são pagos, se o fiscal tiver o interesse de participar desses ele deve bancar as despesas. Então segundo o Fiscal 1, busca-se realizar encontros entre os próprios fiscais com o propósito de estudo.

Os Fiscais 2, 4 e 5 veem de maneira diferente a existência dessas atualizações e aperfeiçoamentos do auditor fiscal, enquanto o Fiscal 4 diz não haver a existência, desse procedimento, o Fiscal 2 avaliar que existem, mas são poucas as oportunidades e, por fim, o Fiscal 5 afirma haver constantes atualizações e aperfeiçoamentos dos fiscais.

Ao fim, é importante que o auditor fiscal tenha consciência e conhecimento do quanto é importante e por que é importante o seu serviço, ou seja, a fiscalização do ISS para o município de Palhoça.

O Fiscal 1, entende que, a fiscalização do ISS é de suma importância para o crescimento da cidade, pois “ele impacta na receita do município e volta para o próprio contribuinte e para todos os cidadãos de Palhoça por meio de uma educação melhor, uma saúde melhor, um trânsito melhor, transporte...”. Por esse motivo existe a necessidade de se fiscalizar a arrecadação do ISS.

Todos os impostos têm sua função social e quando ele tem uma função social ele esta no âmbito dos princípios fundamentais da Constituição Federal. E dentro dessa natureza esse imposto tem a missão de fazer com que o bem seja levado a todas as pessoas no âmbito de seu território. Para que esse serviço seja levado para toda essa sociedade, existe uma despesa e para arcar com essa despesa são utilizadas as receitas tributarias. (Fiscal 2)

De acordo com o Fiscal 3, o ISS é à base da arrecadação do município de Palhoça, seguindo pelo IPTU e pelas taxas, respectivamente. Essa arrecadação é de primordial importância para o município, pois ela é utilizada para o pagamento e todas as despesas incorridas.

Segundo o Fiscal 4, a fiscalização da arrecadação do ISS “é de fundamental importância para que o município possa se desenvolver”. E o Fiscal 5 destaca que o ISS é a maior fonte de arrecadação do município de Palhoça, por isso necessidade de sua fiscalização.

Como síntese gerou-se um quadro resumo das congruências e não congruências entre os fiscais que responderam o entrevista, como se pode observar no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - resumo das congruências e não congruências entre os fiscais.

Continua

Aspectos Fiscais	Momento do processo de fiscalização	Principais pontos analisados	Ferramentas e sistemas utilizados	Ferramentas e sistemas utilizados	As Ferramentas e os sistemas são completos?
Fiscal 1	Tem início com o acompanhamento do movimento das empresas através do livro eletrônico ou por meio de denúncia fiscal. Quando a algum indício de sonegação fiscal ou fraude é aberto o termo de início de fiscalização.	Comparação do que está no livro de emissão de notas, com o que é declarado na Receita Federal. Se restar indícios de omissão é realizado a confrontação com as despesas.	O seguimento é regido pelo código tributário nacional e posteriormente cada município estabelece sua própria legislação específica.	Na Palhoça a ferramenta utilizada é o IPM sistemas (Informática Pública Municipal).	São necessários mais equipamentos, como um <i>Laptop</i> para que os fiscais possam atuar e lavrar termos no momento da fiscalização, Falta assessoramento técnico e jurídico.
Fiscal 2	O correto seria existir um planejamento tributário dentro do setor da administração tributária para que se tivesse uma aplicação mais eficiente.	Vão depender das atividades realizadas pelo contribuinte, pois o ISS é um imposto que tem como fato gerador diversas situações.	Parte-se do pressuposto da regra constitucional. Vai-se então para a legislação do município que realiza todas as normas gerais na área tributária.	Existe uma ineficiência nos sistemas de informatização, ainda utilizamos muitos papéis. Os sistemas são atrasados.	Não. Poderia ser mais rápido, mais eficiente e com uma apresentação melhor.
Fiscal 3	Com problemas de arrecadação, identifica-se algum local para que possa fazer uma auditoria em alguns determinados itens da lista.	Há um foco maior na fiscalização dos serviços de construção civil, devido ao fato do aumento dessa área no Município nos últimos anos.	Observa-se os princípios administrativos e os direitos administrativos.	IPM sistemas, o SIGA, para o suporte da arrecadação do Simples Nacional e o REGIN para entradas de novas empresas pelo Simples Nacional.	Nunca nenhum sistema será completo, pois cada pessoa possui uma visão descritiva do fato.
Fiscal 4	Quando o contribuinte requer o pedido de Baixa de Atividade ou quando há fiscalização de algumas empresas por parte do fisco.	Os lançamentos no livro eletrônico e a declaração de Imposto de Renda.	Sistema tributário de Palhoça e a lei complementar sobre o ISS de Palhoça.	Diferente dos demais Fiscais afirmou que não há utilização de ferramentas tecnológicas.	Novamente relatou que não são utilizadas ferramentas.
Fiscal 5	Na entrada de processos, auditorias fiscais e operações especiais.	As obrigações principais acessórias.	Lei Complementar 018/2002, Lei Complementar 024/2004 e Lei Complementar 154/2013.	Convênios com a Receita federal e a Fazenda Estadual.	Não são completos e não abrangem todos os requisitos

Quadro 2 - resumo das congruências e não congruências entre os fiscais.

Concluí

Aspectos Fiscais	Momento do processo de fiscalização	Principais pontos analisados	Ferramentas e sistemas utilizados	Ferramentas e sistemas utilizados	As Ferramentas e os sistemas são completos?
Fiscal 1	Existe alguns convênios, porém seria útil a aquisição de outros. Entre os realizados hoje na Palhoça destaca-se, com a Receita Federal, com o SIGA e com a Junta comercial.	Falta de colaboração por parte dos contribuintes, principalmente pela falta de entrega de documentos.	Nos reunimos, elabora-se um documento com as necessidades, o objetivo e as metas caso seja atendida nossas solicitações, mas em muitos casos é difícil se ter retorno das melhorias.	Cursos e congressos voltados a esse fim são disponibilizados aos fiscais apenas quando são gratuitos, a prefeitura os dispensa, porém não arca com as despesas dos eventos pagos.	É importante para o crescimento da cidade, pois ele impacta na receita do município e volta para os cidadãos por meio de serviços públicos de maior qualidade.
Fiscal 2	Existe convênio dentro da legislação do simples nacional, mas ele é muito restrito, o que acaba atrapalhando muito o trabalho.	Ineficiência da administração tributária, as secretarias não são estruturadas adequadamente. Parte os auditores fiscais não possuem capacidades a altura que deveriam, a falta de ferramentas adequadas e a seguida mudança da legislação.	O que existe são as trocas de informações entre os próprios fiscais, e quando são apresentadas, ao administrador, sugestões de melhoria dificilmente elas são colocadas em prática.	Existem. Mas são poucas as oportunidades.	Todos os impostos têm sua função social, esse imposto tem a missão de fazer com que o bem seja levado a todas as pessoas no âmbito de seu território.
Fiscal 3	Sim. Existem convênios para o cruzamento de informações.	O treinamento, as pessoas com mais tempo de serviço tendem a ter uma resistência à mudança, logo o aprendizado acaba sendo mais moroso, acaba gerando problemas de capacitação de parte dos auditores fiscais.	As discussões são constantes, o problema é a falta de um norteador que atenda e aplique essas melhorias.	O problema encontrado são as pessoas, que ao longo dos anos apresentam uma resistência para se deslocar para poder de atualizar ou aprender.	Base da arrecadação de Palhoça, seguido pelo IPTU e pelas taxas. Essa arrecadação é importante, pois ela é utilizada para o pagamento de todas as despesas incorridas.
Fiscal 4	Em divergência com os outros entrevistados. Não é realizado o cruzamento de informações entre os entes.	Falta de tecnologias disponíveis para uso durante os procedimentos fiscais.	Hoje, são poucas as discussões que visam avaliar e buscar melhorias.	Novamente discordando dos demais diz não existe atualização e aperfeiçoamento dos fiscais.	É de fundamental importância para que o município possa se desenvolver.
Fiscal 5	Há a existência de cruzamento de informações entre os entes da federação.	Dependem das atividades realizadas pelo contribuinte.	Existe alguns grupos responsáveis por esse procedimento.	Há constante atualização e aperfeiçoamento dos fiscais.	Maior fonte de arrecadação do município, por isso a importância de sua fiscalização.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com relação aos trabalhos similares encontrados e apresentados anteriormente, nota-se que as principais dificuldades dos municípios em realizar a fiscalização tributária são basicamente as mesmas, problemas com interpretações da legislação, falta de tecnologia e falta de planejamento por parte da administração tributária.

Esta pesquisa observou também que em certos momentos existe uma acomodação por parte de alguns fiscais, não se empenhando em prol de obter novos aprendizados, principalmente com relação a implementação de novas ferramentas de fiscalização.

Por fim, embora tenham sido encontrados problemas e dificuldades, em todos os municípios, durante o processo de fiscalização do ISS, fica claro que nos municípios analisados por esta e pelas outras pesquisas apresentadas no Quadro 1, os auditores fiscais reconhecem e compreendem como é grande a importância desse imposto para os municípios e como ele contribui para a evolução do mesmo e para o bem comum de todos os integrantes da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo feito no presente trabalho pode-se observar varias questões de importância para a análise e concepção do real funcionamento o ISS no município de Palhoça (SC).

Com base no problema de pesquisa foram elaboradas questões, para que por meio dessas pudesse se alcançar o objetivo geral de identificar como ocorre o processo e quais os procedimentos adotados no momento da fiscalização do ISS no município de Palhoça.

O presente estudo conseguiu, por meio de entrevistas com fiscais do setor de fiscalização do ISS da prefeitura de Palhoça, alcançar seu objetivo tanto geral como os objetivos específicos e responder o problema de pesquisa: Quais os procedimentos adotados e como acontece a fiscalização do ISS no município de Palhoça?

Ocorreram, em certos pontos da entrevista, divergências entre os fiscais. Como quanto ao inicio do processo de fiscalização, onde os fiscais entrevistados pessoalmente relataram existir um acompanhamento do movimento das empresas, mesmo que em alguns momentos exista a dificuldade de realizar esse acompanhamento devido a falta de planejamento tributário do setor de administração tributária. Enquanto os fiscais que responderam a entrevista de maneira escrita, não mencionaram a existência desse procedimento e informaram que o processo de fiscalização do ISS se dá principalmente por meio das entradas de processos através do serviço de protocolo.

Quanto aos métodos utilizados, podem depender das atividades realizadas pelo contribuinte, porém de modo geral é realizada a confrontação do que está declarado no livro de serviços prestados com o que é declarado na Receita Federal, além de análises do cumprimento das obrigações principais e acessórias dos contribuintes.

Identificou-se que no município de Palhoça é utilizado o IPM sistemas, além do sistema SIGA para suporte da arrecadação pelo Simples Nacional e o REGIN, para a entrada de empresas novas por meio do Simples Nacional. Observou-se ainda que as ferramentas e sistemas utilizados não são completos e não abrangem todos os requisitos necessários para a realização da fiscalização do ISS.

Com relação às dificuldades encontradas em Palhoça para a realização da

fiscalização tributária destaca-se a falta de tecnologias associadas ao processo de fiscalização, a falta de colaboração de boa parte dos contribuintes, principalmente, quando são requisitados documentos para análises, falta de treinamento para manter os fiscais atualizados, devido à falta de interesse dos próprios fiscais e a ineficiência da administração tributária.

Todos os fiscais concordam que a fiscalização do ISS é de suma importância para o município por se tratar, atualmente, da maior fonte de arrecadação de Palhoça. Esta então é uma receita que impacta diretamente no desenvolvimento do município e retorna para os cidadãos Palhocenses por meio de uma educação melhor, uma saúde melhor, um trânsito e transportes melhores, ou seja, serviços públicos melhores.

Este estudo é importante para que se possa observar e refletir sobre todos os problemas e dificuldades encontradas no processo de fiscalização do ISS em Palhoça, e para que desse modo sejam encontrados meios de torna a fiscalização cada vez mais eficiente em prol de se obter uma melhor arrecadação e consequentemente um melhor desenvolvimento do município.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISA

Neste trabalho não se analisou, o processo fiscalização do ISS e a sua arrecadação, pela ótica dos contribuintes e dos profissionais de contabilidade. E sendo este um ponto importante para se obter um contraponto com o que foi identificado com os fiscais, fica este como sugestão para realização de novas pesquisas e estudos sobre o tema.

6 REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Charles. **Fisco brasileiro vai à luta**. 2015. Disponível em: <http://www.afisvec.org.br/artigo_det.php?id=288>. Acesso em: 05 dez. 2016.

AFONSO, José Roberto Rodrigues; ARAUJO, Erika Amorim. A CAPACIDADE DE GASTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: ARRECADAÇÃO PRÓPRIA E RECEITA DISPONÍVEL. **Bndes**, São Paulo, v. 4, n. 4, p.1-11, jun. 2001.

Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001530.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ALVES, Eduardo Luiz. **A IMPORTÂNCIA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA COMO UMA FERRAMENTA PARA O FISCO MUNICIPAL**. 2011. 38 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Universidade Federal do Paraná, Paranaguá, 2011. Disponível em:

<<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33609/ALVES, EDUARDO LUIZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
BRASIL. Lei Complementar nº 116/2003, de 31 de julho de 2003. **Lei Complementar Nº 116, de 31 de Julho de 2003**.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **Fiscalização Tributária no Brasil: uma Perspectiva Macroeconômica**. 2000. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/batistajrfiscalizatributos.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Constituição . Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. **Lei Complementar Nº 116, de 31 de Julho de 2003**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002. **Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc37.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968. **Decreto-lei Nº 406 de 31/12/1968**. Brasília, Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=62397>>. Acesso

em: 05 dez. 2016.

CAMPOS, Ildinei Rogerio de; CRUZ, Juliana Gordiano da; STAVIS, Alexandre Augusto. **ORIGENS DO ISS EM LONDRINA: ANÁLISE DO CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO ENTRE 2009 E 2010.** Inesul, Londrina, v. 14, n. 2, p.4-14, ago. 2010.

CRUZ, Hudson Teixeira. **A incidência do ISSQN sobre os serviços notariais e de registros públicos no município de Porto Alegre.** 2015. 94 f. TCC (Graduação) -

Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/121907/000971021.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CURRIEL, Alexandre. **A necessidades dos Municípios em cobrar**

Impostos: Ubatã/BA o Município que não cobra IPTU. 2011. Disponível em:

<<http://alexandrecurriel.blogspot.com.br/2011/01/necessidades-dos-municipios-em-cobrar.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CURY, Samia Vera. **Fiscalização tributária: um estudo de caso no setor de fiscalização do ISSQN do município de Novo Hamburgo - RS.** 2014. 59 f.

Monografia (Especialização) - Curso de Especialista em Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DEVOS, Rafael Padilha. **Conflito de competência do ISS entre o município de domicílio do prestador e o município da execução dos serviços.** 2015. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camaquã, 2015.

FIORENTINO, Luiz Carlos Fróes del. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - Momento do recolhimento e base de cálculo. **Thomson Reuters**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-1, dez. 2010. Disponível em:

<<http://artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br/a/56hb/o-imposto-sobre-servicos-de-qualquer-natureza-iss-momento-do-recolhimento-e-base-de-calculo-luiz-carlos-froes-del-fiorentino>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

FISCALIZAÇÃO Tributária. 2013. Disponível em:

<<https://guiatributario.net/2013/07/08/fiscalizacao-tributaria-2/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

FREITAS, José Valter Gonçalves de. **Um estudo sobre a importância para os municípios brasileiros quanto a cobrança do ISSQN.** 2014. 58 f. Monografia

(Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em:

<[http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3464/1/PDF - José Valter Gonçalves de Freitas.pdf](http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3464/1/PDF%20-%20Jos%C3%A9%20Valter%20Gon%C3%A7alves%20de%20Freitas.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2016.

O GLOBO (Brasil) (Ed.). **Brasil é o país com a maior carga tributária da América Latina, diz OCDE**: Relação entre impostos e PIB ultrapassa a média da OCDE. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-pais-com-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde-15557772>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

GOMES, Francisco J.. **Apectos teóricos e práticos do ISS**. Ceará: Crc-ce, 2010. 65 p. Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/files/Aspectos_Teoricos_Praticos_do_ISSQN.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2016.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira et al. Aplicabilidade da Lei de Newcomb-Benford nas fiscalizações do imposto sobre serviços – ISS. **Contabilidade Financeira**, São Paulo, v. 22, n. 56, p.203-224, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n56/v22n56a06.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MELCHOR, Paulo. Substituição tributária das empresas no simples nacional – ICMS e ISS inconstitucionalidades. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.1-1, jun. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4140>. Acesso em: 05 out. 2016.
(MELCHOR, 2013)

MELO, José Eduardo Soares de. **Aspectos teóricos e práticos do ISS**. São Paulo: Dialética, 2000. p. 104.

MENDONÇA, Patricia de Brito. **A legalidade da cobrança do imposto sobre serviço de qualquer natureza sobre os emolumentos cartorários e notariais**. 2012. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/legalidade-da-cobranca-do-imposto-sobre-servico-de-qualquer-natureza-sobre-os-emolumentos-c>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

NOVA, Luciano Costa; NUNES, Ricardo Arias. Responsabilidade Fiscal - Os Impactos no Município de São Francisco do Conde e os Reflexos na Administração Municipal. OCDE. **Estatísticas Tributárias na América Latina e Caribe**. 2013.

OLIVEIRA, Karine Almeida Prestes de. Identificação dos procedimentos de fiscalização do ISS adotado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
OZAKI, Marcos Takao; BIDERMAN, Ciro. A importância do regime de estimativa de ISS para a arrecadação tributária dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 99-114, 2004.

PALHOÇA. Lei Complementar Municipal nº 24, de 2004. **Lei Complementar Nº 24/2004**.. Palhoça, SC, 08 out. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/lei-complementar/2004/2/24/lei-complementar-n-24-2004-dispoe-sobre-o-imposto-sobre-servicos-iss-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PALHOÇA (Município). Lei Complementar nº 018/2002, de 30 de dezembro de 2002. **Lei Complementar Nº. 018/2002.**

PALHOÇA (Município). Lei Complementar nº 154/2013, de 26 de dezembro de 2013. **Lei Complementar Nº 154, de 26 de Dezembro de 2013.** Palhoça, SC, 26 dez. 2013.

PASCHOAL, Camila. **O ASPECTO ESPACIAL DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA: UMA ANÁLISE DA (NÃO)INCIDÊNCIA DO ISS NO CASO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR.** 2014. 48 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito Tributário e Finanças Públicas, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2014. Disponível em:

<http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1582/Monografia_Camila_Paschoal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PEREIRA, Eidiane Leite. **MUDANÇAS NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM ROLIM DE MOURA - RO COM O USO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS.** 2014. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2014. Disponível em: <[http://ri.unir.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/468/MUDANÇAS NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM ROLIM DE MOURA - RO COM O USO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://ri.unir.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/468/MUDANÇAS_NO_PROCESSO_DE_ARRECADAÇÃO_DO_ISSQN_EM_ROLIM_DE_MOURA_-_RO_COM_O_USO_DA_NOTA_FISCAL_ELETRÔNICA_DE_SERVIÇOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 15 out. 2016.

PEREIRA, Marcio Vinicius. **Imposto Sobre Serviços dos prestadores de serviços de registros públicos e notariais.** 2012. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71746/000873680.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 out. 2016.

QUINHONES, Francini Prado. **Tributação do município de Santa Maria: a sua importância frente ao aspecto constitucional.** 2012. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71740/000873593.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RAMOS, Carolina Cristina Negrão. **Provimento de Capacidade de Satélite – ICMS e ISS.** 2012. 105 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/314/Carolina Cristina Negrão Ramos_trabalho.pdf?sequence=1](http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/314/Carolina_Cristina_Negrão_Ramos_trabalho.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RODRIGUES, Rivelino et al. EVIDENCIAÇÃO DE ISSQN NO SETOR PRIVADO E

PÚBLICO. **Unifev**, Votuporanga, v. 1, n. 1, p.92-96, nov. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unifev.edu.br/index.php/RevistaUnifev/article/view/232/216>>. Acesso em: 01 out. 2016.

SANT'ANNA, Débora de Souza. **INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA NA ATIVIDADE DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA: ISSQN OU ICMS?** 2009. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_2/debora_santanna.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

SILVA, de Plácido e. **VOCABULÁRIO JURÍDICO CONCISO**. 3. ed. Curitiba: Forense, 2012. 613 p.

SILVEIRA, Luciano Francisco Santos da. ISSQN: Impossibilidade Jurídica e Operacional da Sujeição Ativa com Base em Projeções Territoriais Marítimas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 147, abr 2016. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17092>. Acesso em 05 dez 2016.

TAUIL, Roberto Adolfo. **O PLANEJAMENTO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**. 2003. Disponível em: <<http://consultormunicipal.adv.br/artigo/fiscalizacao-municipal/o-planejamento-da-fiscalizacao-tributaria/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA (Santa Catarina). **RECEITA TRIBUTÁRIA - MUNICÍPIO DE PALHOÇA - EVOLUÇÃO ANUAL**. Disponível em: <http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=receitatributaria&nu_ano=9999SFI&id=421190&id_modalidade=0>. Acesso em: 04 nov. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 15 p.

APÊNDICE A

Roteiro das entrevistas

- 1- Em que momento acontece o processo de fiscalização do ISS, no município de Palhoça?
- 2- Quais são os principais pontos analisados na fiscalização do ISS?
- 3- Quais normas, regras e regulamentos são seguidos no momento da fiscalização?
- 4- Quais ferramentas tecnológicas e sistemas de informação são utilizados no processo de fiscalização?
- 5- Você acredita que essas ferramentas e sistemas de informação são completos e abrangem todos os requisitos necessários?
- 6- Existe cruzamento de informações dos contribuintes com outros entes da federação?
- 7- Quais são as dificuldades encontradas no processo de fiscalização do ISS?
- 8- Existem discussões para avaliar e buscar melhorias para o processo de fiscalização?
- 9- Existem constante atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos dos fiscais?
- 10- Na sua visão, qual é a importância da fiscalização do ISS, para o município de Palhoça?